

A publicação tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCTMEC através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

Fátima Moura Ferreira | Francisco Azevedo Mendes
Natália Pereira (coords.)



A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

ARQUITETURA E CORPORATIVISMO NO ESTADO NOVO

Fátima Moura Ferreira
Francisco Azevedo Mendes
Natália Pereira (coords.)





A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

**ARQUITETURA E CORPORATIVISMO
NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS**

Título

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO
Arquitetura e corporativismo no Estado Novo Português

Coordenação

Fátima Moura Ferreira
Francisco Azevedo Mendes
Natália Pereira

Edição e distribuição

Edições Tenacitas
Rua Bartolomeu Dias, 23 / 3030-041 Coimbra
Fax: 239 780 113 | geral@tenacitas.pt | www.tenacitas.pt

Capa: Miguel A. Rodrigues
Paginação: Margarida Baldaia

Execução gráfica: Papelmunde

Coimbra, Janeiro de 2016

ISBN: 978-989-8665-18-8

Depósito Legal:

A CONQUISTA SOCIAL DO TERRITÓRIO

ARQUITETURA E CORPORATIVISMO
NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS

Coordenação:

Fátima Moura Ferreira

Francisco Azevedo Mendes

Natália Pereira



Índice

A conquista social do território. Arquitetura e corporativismo no Estado Novo	9
FÁTIMA MOURA FERREIRA FRANCISCO AZEVEDO MENDES NATÁLIA PEREIRA	
1. Propaganda e corporativização no terreno: Braga anos 30 e 40	13
FÁTIMA MOURA FERREIRA NATÁLIA PEREIRA	
2. Os CODA da EBAP nos anos 40: das linguagens do Estado Novo à emergência de uma consciência moderna	39
EDUARDO FERNANDES	
3. A dimensão arquitectónica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projecto-tipo e as expressões locais	57
JESICA JARAMILLO CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA	
4. <i>Arquitetura e pública-acção. A Nossa Casa no Mensário das Casas do Povo: três projectos de Raul Lino</i>	79
CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA JESICA JARAMILLO	
5. Habitação Social promovida pelas Casas do Povo, 1958-1972. O caso de Santo Estêvão do Arquitecto Vítor Figueiredo	105
VANDA MALDONADO	
6. As Casas dos Pescadores: corporativização e controlo social das comunidades marítimas	127
ÁLVARO GARRIDO	
7. De agronomicamente “bem concebidos” a objectos de representação do Estado. Assentamentos e arquitectura das Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960	145
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO	

8. A morfologia territorial das explorações mineiras. A Bacia Carbonífera do Douro DANIELA PEREIRA ALVES RIBEIRO	169
9. Dispensários, as Arquitecturas da Luta Antituberculose. Rosendo Carvalheira e o programa higienista, Raul Lino e o ensaio tipológico, Carlos Ramos e a implementação do projecto-tipo MARIANA CONSCIÊNCIA PEREIRA CARLA GARRIDO DE OLIVEIRA	185
10. A Beira de Bissaya Barreto: A territorialidade de uma rede político-sanitária RICARDO JERÓNIMO SILVA	207
11. O culto da nação: a Exposição do Mundo Português e a formalização do discurso ideológico do Estado Novo RUI PEREIRA	217
12. O Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: representação e modernidade ELISIÁRIO MIRANDA	233

O Banco Nacional Ultramarino em Moçambique: Representação e modernidade¹

ELISIÁRIO MIRANDA*

A presente comunicação constitui uma primeira interpretação da escassa bibliografia específica disponível, da imprensa diária da época e, principalmente, da informação recolhida no fundo BNU (Banco Nacional Ultramarino), depositado nos arquivos históricos da Caixa Geral de Depósitos, sobre a produção arquitetónica empreendida pelo Banco Nacional Ultramarino em Moçambique durante a década de 50 e início da de 60 do século transato.

O Banco Nacional Ultramarino, instituição privada fundada em 1864, foi o único banco português que, aquando da sua criação, obteve autorização do Estado para a emissão de notas nas antigas colónias/províncias ultramarinas portuguesas. Este estatuto durou até à independência de todos os territórios ultramarinos com a exceção de Angola, onde o seu papel foi transferido, em 1926, para o Banco de Angola. Nas restantes colónias portuguesas o BNU foi, em simultâneo, banco emissor, tesoureiro gratuito do governo e o principal banco comercial dos territórios.

Em Moçambique, o Banco atingiu a sua maior expressão económica e financeira após o final das concessões territoriais às companhias majestáticas, em 1942 – nomeadamente à Companhia de Moçambique, empresa que detinha o poder de emissão de moeda nos seus territórios de Manica e Sofala.

As primeiras agências do BNU nesta antiga província ultramarina, desenhadas após a II Guerra Mundial, caracterizam-se pela sua linguagem monumental inspirada no neoclassicismo estilizado da arquitetura alemã do III Reich, amplamente difundida em Portugal na década de 40. Em conjunto com o estilo eclético que se convencionou designar por *Português Suave*, esta

* Professor da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM), investigador do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT).

linguagem era uma das expressões arquitetónicas permitidas pelo regime fascista do Estado Novo nos edifícios oficiais. Constituem exemplo desta linguagem neoclássica duas dependências do BNU desenhadas por José Figueiredo Correia do Vale (n.1907-?), engenheiro técnico estabelecido na cidade da Beira:

- A dependência da Beira, edifício inaugurado em 1954, construído em betão armado e revestido exteriormente a pedra artificial de forma a imitar granito (fig. 1);
- O projeto não construído para a dependência de Quelimane, datado de 1956, edifício com cinco pisos em forma de “L”, um bloco único monumental com pilastras de ordem gigante enquadradas por cunhais, entablamentos e cornijas salientes – sugerindo um sistema construtivo em pedra que de novo ocultava a verdadeira estrutura de betão (fig. 2).

Durante as décadas de 50 e 60 do século XX, com a chegada a Moçambique de jovens arquitetos instruídos nas teses do Movimento Moderno, a administração do BNU orientou a escolha dos técnicos responsáveis pelos projetos de arquitetura destinados aos empreendimentos do Banco de forma a privilegiar a seleção de técnicos estabelecidos na província e a distribuição das encomendas por gabinetes distintos. Com esses critérios de seleção garantiu a participação dos principais atores da moderna cultura arquitetónica moçambicana no projeto das instalações construídas para os serviços da instituição nos principais núcleos urbanos da província.

Alguns elementos que informam a arquitetura do Movimento Moderno internacional do período do segundo pós-guerra – implantação, volumetria, organização funcional, qualidade espacial, inovação construtiva e tecnológica, incorporação de obras de arte constituindo obras de arte total (*Gesamtkunstwerk*) – caracterizam a expressão exterior e a linguagem dos espaços interiores das agências do BNU em Moçambique, conferindo-lhes a monumentalidade e representatividade necessárias ao papel desempenhado pela instituição bancária. Por outro lado, a sua organização funcional parece resultar de orientações gerais providas da administração central em Lisboa e da sua adaptação às circunstâncias da antiga província e às necessidades específicas de cada local e programa. Os espaços internos são assim organizados de forma a estabelecer uma rigorosa distinção de percursos, espaços de trabalho e de habitação entre funcionários superiores e inferiores europeus, e entre funcionários europeus e serventes *indígenas*. Reproduzem os modelos

de hierarquização social e de discriminação racial informal que estruturaram a sociedade colonial da antiga província.

As agências de Porto Amélia e de Vila Pery (atuais Pemba e Chimoio), que analisaremos de seguida, constituem exemplos de edifícios com as características formais e funcionais acima referidas.

A agência de Porto Amélia, atual Pemba, projetada em 1953 por Alzina de Meneses (n.1920), e inaugurada em Junho de 1957, localiza-se no limite do núcleo urbano original, abrindo sobre a via que estabelece a ligação entre as partes baixa e alta da cidade.

O complexo da dependência compreende três edificações autónomas (fig. 3). Os serviços bancários localizam-se na cave e no rés-do-chão da maior das construções, um prisma retangular com três pisos de altura, enquanto o apartamento do gerente ocupa o 1.º andar do mesmo edifício. Nas traseiras deste volume um pequeno pavilhão de dois pisos e cobertura de uma água alberga no piso térreo um coberto para estacionamento automóvel e no piso superior um apartamento para funcionários do banco em trânsito. Mais distante dos dois blocos anteriores e implantado nas traseiras, numa cota inferior, localiza-se um pequeno volume retangular de um piso e cobertura de uma água. Neste edifício encontram-se as habitações e instalações de trabalho dos *indígenas*, dispostas numa sequência de compartimentos com acesso direto pelo exterior.

A expressão da estrutura porticada e da fina membrana de betão que forma o telhado de duas águas do edifício principal conferem-lhe alguma proximidade com as linguagens que irão renovar a moderna arquitetura portuguesa na sequência da realização do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal (fig. 4).

As instalações do BNU em Vila Pery, atual Chimoio, foram desenhadas por Paulo de Melo Sampaio (1926-1968), entre 1955 e 1956, tendo a agência entrado em funcionamento em Dezembro de 1959. Ocuparam um terreno retangular com frentes para a principal artéria da cidade e para uma rua transversal (fig. 5).

O programa do complexo previa a sua ocupação por duas tipologias funcionais distintas – os serviços do banco e as habitações dos seus funcionários –, distribuídas por três edifícios autónomos dispostos em torno de um logradouro ajardinado (fig. 6). As habitações subdividiam-se, por sua vez, em três tipologias residenciais diferentes: apartamentos dos funcionários *inferiores*, residências da gerência e da administração e anexos dos serventes *indígenas*.

Os serviços da delegação ocupavam os três primeiros pisos do bloco maior, um prisma retangular com uma volumetria capaz de ombrear com as novas

construções envolventes. Os cinco apartamentos T3 duplexes dos funcionários *inferiores* do banco ocupavam os dois pisos superiores deste bloco. Tinham acesso independente por um volume lateral que interiormente se subdividia em dois espaços com entrada e escadaria para funcionários, na frente principal, e entrada e escadaria para serventes, na fachada das traseiras. Ambas as circulações convergiam numa galeria comum disposta ao longo da fachada posterior. Ao longo desta galeria localizavam-se os alpendres que antecediavam as entradas em cada apartamento – de novo subdivididas em entradas principais e de serviço.

As duas residências geminadas da gerência e da administração ocupavam, em partes sensivelmente iguais, os dois pisos de um edifício isolado, *afim do gerente ficar numa posição mais independente relativamente aos funcionários inferiores que habitam o edifício principal*². Pela sua implantação beneficiava, tal como o bloco principal, dos ventos dominantes locais (fig. 8).

As seis habitações dos serventes *indígenas* estavam contidas num volume de anexos de um piso e cobertura plana localizado no vértice interior do terreno, intencionalmente separado das restantes instalações, *evitando desse modo que os cheiros da comida indígena vão prejudicar os restantes edifícios da delegação*³.

A acentuação da dominante vertical dos elementos estruturais salientes – revelando no exterior a métrica compositiva interior –, e o jogo de claro-escuro formado pelas varandas e pela pala que cobre o alpendre do piso térreo destacam o edifício principal da antiga delegação das construções envolventes, conferindo à primeira agência bancária edificada em Vila Pery a pretendida sobriedade e representatividade institucionais (fig. 7).

A distinção entre europeus e indígenas desaparece das memórias descritivas e da legendagem dos projetos das agências do BNU a partir do início da década de 60, refletindo a abolição, em 1961, do *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*.

A implementação do Serviço Social do BNU, instituído em 1955 e reorganizado em 1962, *uma técnica ao serviço de uma doutrina baseada na dignificação da personalidade humana*⁴ cujas ações incidiam na assistência social aos seus funcionários, na ocupação dos seus tempos livres e na sua formação cultural, conduz à inclusão nestes edifícios dos programas necessários ao funcionamento deste Serviço – tais como salas de festas e de jogos, bibliotecas, postos médicos, etc. Os edifícios constituem agora complexos multifuncionais de maior diversidade funcional: afirmam-se como microcosmos programáticos ou condensadores sociais involuntários – características exemplificadas

pela filial de Lourenço Marques (atual Maputo) e a pela agência de Quelimane, edifícios que analisaremos de seguida.

A filial do BNU em Lourenço Marques localizava-se na baixa da cidade, entre duas das mais representativas artérias da cidade colonial novecentista, a Rua Consiglieri Pedroso e a antiga Avenida da República, a atual Avenida 25 de Setembro (fig. 9). Foi projetada por José Gomes Bastos (1914-1991), entre 1954 e 1960. A abertura do edifício, inicialmente prevista para 16 de Maio de 1964, data da comemoração do centenário do BNU, só teve lugar em 25 de Julho de 1964, numa cerimónia presidida pelo presidente da República, almirante Américo Tomás.

A estruturação funcional deste edifício de grande dimensão e complexidade programática foi sendo definida ao longo do processo de projeto e de construção. Distribuída ao longo dos diversos pisos de forma a evitar qualquer cruzamento entre os serviços internos e a circulação do público, apresentava à época da sua inauguração a seguinte composição espacial e organização funcional internas:

- O primeiro piso, piso de cave, com entrada autónoma pela Travessa da Laranjeira, continha os vestiários do pessoal, instalações técnicas, sala dos cofres de aluguer e diversas casas fortes;
- O segundo piso, piso térreo, era integralmente ocupado pelos dois vestíbulos de entrada e pela sala do público e do expediente (fig. 11). Unindo as duas entradas do público, em frentes opostas, um mural gravado em mármore desenrolava longitudinalmente a narrativa da tomada de Tânger (fig. 12).
- O terceiro piso subdividia-se em zona de acesso público, um vestíbulo com o topo Sudeste integralmente revestido com uma pintura a óleo de grande dimensão, e a zona reservada a serviços internos do banco, que ocupando os restantes braços do edifício;
- O quarto piso, ou piso da administração, centralizado no grande vestíbulo de representação qualificado pela escada helicoidal que nele desembocava e pelo painel que revestia toda a extensão do seu topo Sudeste (fig. 14), estava ocupado pelos principais espaços de trabalho da administração e dos restantes funcionários superiores;
- O quinto piso continha os espaços de apoio aos trabalhadores do banco: secretaria dos serviços de pessoal, posto médico (fig. 15) e centro social. O centro social compreendia sala de leitura (fig. 16), biblioteca, sala de

jogos de mesa, gabinetes da direção e do grupo desportivo, cozinha, bar, salas de ping-pong e de bilhar;

- O sexto e sétimo pisos continham a zona habitacional para funcionários superiores, na frente à Av. da República (fig. 18), e a zona de serviços internos do banco, na frente à Rua Consiglieri Pedroso;
- O oitavo piso, zona de receção da administração, albergava espaços de carácter eminentemente representativo. Abria para um vasto terraço destacado sobre o perfil Nordeste da cidade.

Edifício sede do banco emissor de moeda, a filial de Lourenço Marques do BNU constituiu um exemplo de integração sintética de diversas obras de arte. Contribuíram para esta *Gesamtkunstwerk*:

Querubim Lapa (n.1925), com um painel de cerâmica policromada, colocado no exterior da entrada principal; Manuela Madureira (n.1930), com as esculturas da parede do fundo do átrio principal; Estrela Faria (1910-1976), com o desenho para o revestimento a mosaico de vidro de Murano das paredes da escada helicoidal (fig. 13); Francisco Relógio (1926-1997), com o desenho da conquista de Tânger, mural que ocupava integralmente a parede Nordeste da sala do público do rés-do-chão (fig. 12); Rolando Sá Nogueira (1921-2002), com a pintura a óleo sobre a parede Sudeste do átrio do público do 3.º piso; e Malangatana Ngwenya Valente (1936-2011), com o mural que recobre a parede do fundo da sala de festas da Associação dos Empregados (fig. 17).

Por iniciativa da administração realizou-se em 1962 um concurso entre artistas plásticos da antiga província para a realização de um painel destinado a preencher toda a extensão da parede Sudeste do vestíbulo da administração. Para este concurso foram convidados vários artistas locais: Bertina Lopes (n.1924), Antero Machado (n.1934), José Freire, João Aires (1921-2001), João Paulo (n.1929), José Pádua (n.1934) e Jorge Garizo do Carmo (1927-1997), cuja proposta foi escolhida (fig. 14).

No exterior da filial, a frente para a Rua Consiglieri Pedroso estabelece a transição entre a massa monumental do edifício e a escala mais apertada da artéria urbana. Nesta frente um volume prismático suspenso afirma na autonomia do seu desenho a presença da instituição no contexto urbano envolvente. A frente para a Avenida da República é a que tem maior altimetria e simultaneamente maior autonomia volumétrica. O jogo de claro-escuro do profundo *brise-soleil* deste alçado, entre o piso térreo envidraçado e assente em *pilotis* e

o terraço do piso superior recuado, enfatiza a representatividade institucional na baixa da cidade (fig. 10).

O discurso proferido durante a cerimónia de inauguração pelo governador do BNU, atesta bem o significado que é atribuído a este edifício, instrumento arquitetónico de linguagem moderna ao serviço da utopia colonial do regime do Estado Novo.

Vai Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, visitar o novo edifício do Banco emissor da capital da província de Moçambique. Talvez o ache demasiadamente vasto, luxuoso em demasia. Propositadamente assim o quisemos. É que pretendemos testemunhar, não só por palavras, mas por obras visíveis também, a nossa absoluta, total confiança no progresso da província, no seu desenvolvimento, na sua riqueza, no seu futuro sempre português.

[...] Este edifício é assim, senhor Presidente, um grito de amor e de fé!⁵

A dependência de Quelimane foi projetada por Francisco José de Castro (n.1923), entre 1960 e 1970. Os trabalhos preliminares foram iniciados em Janeiro de 1967 e o edifício foi inaugurado no dia 18 de dezembro de 1972. Situada nas traseiras da Igreja de Nossa Senhora do Livramento, em frente ao Rio dos Bons Sinais, tinha uma volumetria que procurava ombrear com a escala monumental do vizinho complexo Montegiro, desenhado por Arménio Losa (1908-1988) e Cassiano Barbosa (1911-1998) (fig. 19).

A distribuição do programa pelos vários pisos do edifício é remanescente da organização funcional da filial do BNU em Lourenço Marques; como ela constituiu um involuntário modelo de condensador social. As zonas de maior abertura ao público localizavam-se no embasamento, enquanto os espaços exclusivamente reservados aos funcionários se dispunham ao longo da torre. De acordo com a versão final do projeto apresentavam a seguinte organização funcional:

- Na cave encontravam-se a casa-forte, as instalações técnicas e o vestiário dos funcionários.
- No rés-do-chão e entrepiso localizavam-se a sala do público, com pé-direito duplo, rodeada pela secretaria, posto médico e pelos diversos gabinetes da contabilidade, do encarregado, da gerência e da administração (figs. 23 e 24);
- Os dois primeiros pisos da torre estavam ocupados com os arquivos da instituição;

- Os dois pisos seguintes constituíam o Centro Lúdico da Associação dos Empregados, compreendendo salas de jogos, salão de festas, bar, cozinha, biblioteca, gabinete da direção e secretaria (figs. 25 e 26);
- Cada um dos dois últimos pisos estava ocupado por um apartamento destinado aos funcionários superiores do banco.

Para além do equipamento e mobiliário que constituem a decoração dos gabinetes e habitações, escolhidos e desenhados por Francisco José de Castro, foram integradas no edifício diversas obras de arte, constituindo uma *Gesamtkunstwerk*:

- O painel cerâmico do topo do salão de festas (fig. 26), e o quadro a óleo no bar do centro lúdico, os dois da autoria de João Paulo;
- A escultura na fonte, da autoria de Jorge Mealha (n.1934) (fig. 22);
- A tapeçaria de Arraiolos da sala de público (fig. 24), e os painéis de azulejos exteriores, ambos por João Aires (figs. 22 e 24).

A volumetria do edifício é composta por um embasamento com dois pisos acima do nível do terreno, na frente Sudoeste do qual pousa uma torre com seis pisos, separada da base por um piso intercalar vazado. A sua representatividade é acentuada pelos *brise-soleil* de lâminas alternadas das frentes Nordeste e Sudoeste e pela vasta praça da zona Nordeste, parcialmente coberta pelo entre-piso do embasamento apoiado em *pilotis* cilíndricos (fig. 20). A entrada pela antiga Avenida Oliveira Salazar é ainda assinalada pela escavação do cunhal Poente do piso térreo e pelo desenho do alpendre que antecede a entrada pela rua lateral (fig. 21).

Os princípios metodológicos e conceituais e a formalização sintática que caracterizam a arquitetura do Movimento Moderno internacional do segundo pós-guerra são ortodoxamente aplicados no edifício de Quelimane. Na sua modernidade tardia contribuem para a representatividade institucional indispensável a uma das mais lucrativas agências do banco emissor de moeda em Moçambique.

Após a independência de Moçambique, o BNU é nacionalizado e as suas instalações da Beira, Pemba, Chimoio (agência entretanto encerrada), Maputo e Quelimane são integradas no património do Banco de Moçambique. Na face de uma moeda contemporânea de 10 Meticais representa-se a fachada principal da antiga filial do BNU em Lourenço Marques, atual sede do Banco central

moçambicano (fig. 28). A sua representação numa moeda do novo país atesta a qualidade icónica do desenho moderno das construções empreendidas pelo Banco Nacional Ultramarino nas últimas décadas do período colonial.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, A., (1998), *Arquitectura moderna em Moçambique: inquérito à produção arquitectónica em Moçambique nos últimos vinte e cinco anos do império colonial português 1949-1974*, Coimbra, Tese de Licenciatura.
- FERNANDES, J. M., (2002), *Geração Africana: Arquitectura e cidades em Angola e Moçambique, 1925-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- FERREIRA, A. R. F., (2008), *Obras Públicas em Moçambique: inventário da produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- MATTOSO, José (dir.), (2010), *Património de origem portuguesa no mundo: arquitectura e urbanismo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 2.
- MIRANDA, E., (2013), *Liberdade & Ortodoxia: infraestruturas de arquitectura moderna em Moçambique (1951-1964)*, Guimarães, Tese de Doutoramento.
- TOSTÕES, A. (ed.), (2013), *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique*, Lisboa, ICIST / Técnico.
- SÁ, F. X. V. de, (2005), *Banco Nacional Ultramarino: crónica do seu percurso*, Lisboa, Plátano Editora.

Periódicos (diversos números dos seguintes títulos):

- Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, Lisboa.
- Binário: Arquitectura. Construção. Equipamento*, Lisboa.
- Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa.
- Diário de Moçambique*, Beira.
- Notícias: Diário da manhã fundado em 1926*, Lourenço Marques.

Notas

- ¹ Agradecimento à FCT – Projeto UID/AUR/04509/2013 com o apoio financeiro da FCT MEC através de fundos nacionais e, quando aplicável, cofinanciado pelo FEDER, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020.
- ² Paulo de Melo Sampaio, *Ante-projecto da Delegação do Banco Nacional Ultramarino de Vila Pery: Memória Descritiva e Justificativa*, Beira, 29 de Dezembro de 1955.
- ³ Paulo de Melo Sampaio, *Ante-projecto da Delegação...*
- ⁴ *Notícias: Diário da manhã fundado em 1926*, Lourenço Marques, 20 de Outubro de 1962, p. 9.
- ⁵ *Boletim Geral do Ultramar*, Lisboa, n.ºs 469/470, Julho/Agosto de 1964, p. 115-119.



Fig. 1 – Dependência da Beira (Sousa (Beira) Ltda, s.d.)

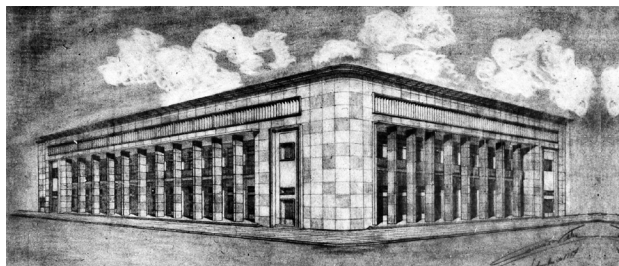


Fig. 2 – Projeto da dependência de Quelimane, 1956



Fig. 4 – Dependência de Porto Amélia / Pemba, edifício principal (s.a., s.d.)

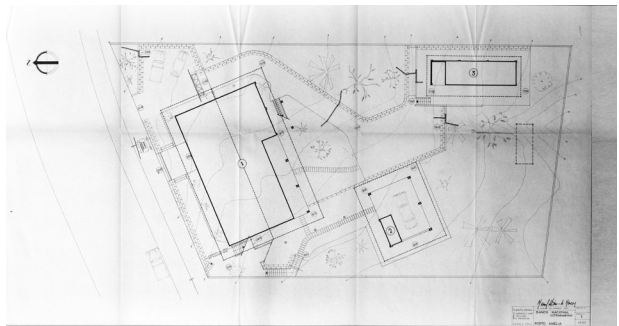


Fig. 3 – Projeto da dependência de Porto Amélia / Pemba, *Planta Geral*, Outubro de 1953

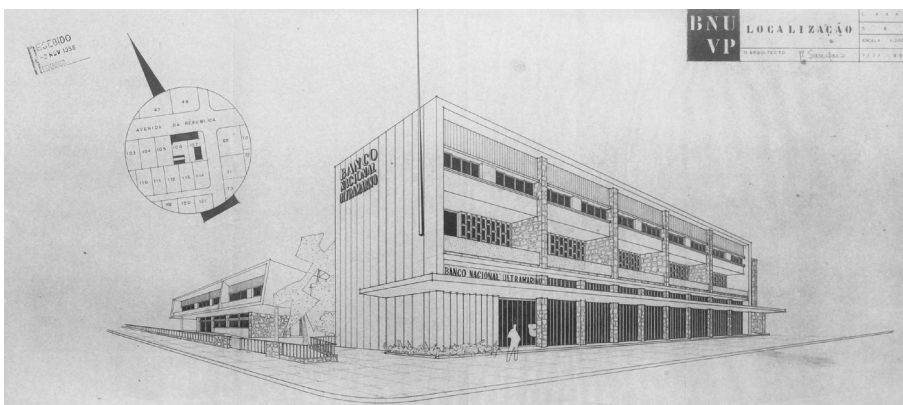


Fig. 5 – Projeto da Dependência de Vila Pery / Chimoio, *Localização*, 7 de Julho de 1956

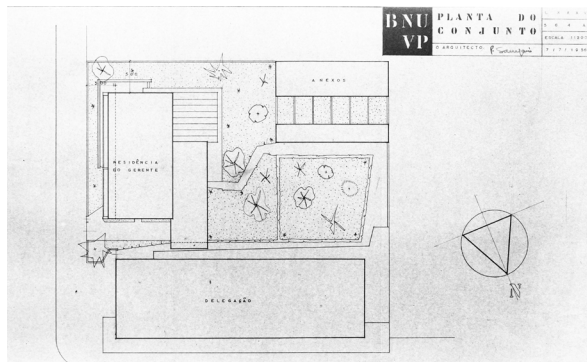


Fig. 6 – Projeto da Dependência de Vila Pery / Chimoio, *Planta do Conjunto*, 7 de Julho de 1956



Fig. 7 – Dependência de Vila Pery / Chimoio, edifício principal e residência dos funcionários superiores (s.a., 1962)



Fig. 8 – Dependência de Vila Pery / Chimoio, edifício principal e residência dos funcionários superiores (s.a., s.d.)



Fig. 9 – Filial de Lourenço Marques / Maputo (s.a., s.d)



Fig. 10 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, fachada principal (s.a., s.d)



Fig. 11 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 2.º piso, sala do público e do expediente (s.a., s.d.)



Fig. 12 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 2.º piso, sala do público e do expediente com mural por Francisco Relógio (s.a., s.d.)

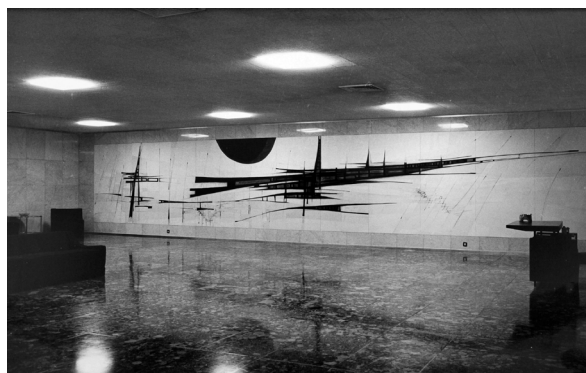


Fig. 14 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 4.º piso, vestíbulo da administração com painel por João Garizo do Carmo (s.a., s.d.)

Fig. 13 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 2.º piso, escada helicoidal com revestimento a mosaico de vidro por Estrela Faria (s.a., s.d.)



Fig. 17 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 5.º piso, sala de festas da Associação dos Empregados com mural por Malangatana Ngwenya Valente (s.a., s.d.)



Fig. 18 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 6.º e 7.º pisos, zona habitacional, quarto de casal (s.a., s.d.)



Fig. 16 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 5.º piso, Centro Social, sala de leitura e biblioteca (s.a., s.d.)



Fig. 15 – Filial de Lourenço Marques / Maputo, 5.º piso, Posto Médico, sala de tratamento (s.a., s.d.)



Fig. 19 – Dependência de Quelimane com complexo Montegiro em segundo plano (s.a., s.d.)



Fig. 20 – Dependência de Quelimane, fachada posterior (s.a., s.d.)



Fig. 21 – Dependência de Quelimane, fachada principal (Lusitana Quel., s.d.)

Fig. 22 – Dependência de Quelimane, fonte por Jorge Mealha e painel de azulejo por João Aires (s.a., s.d.)



Fig. 23 – Dependência de Quelimane, rés-do-chão e entrepiso, sala do público (s.a., s.d.)





Fig. 26 – Dependência de Quelimane, 4.º andar, Centro Lúdico da Associação dos Empregados, salão de festas com painel por João Paulo (s.a., s.d.)



Fig. 24 – Dependência de Quelimane, rés-do-chão e entrepiso, sala do público com tapeçaria por João Aires (s.a., s.d.)



Fig. 25 – Dependência de Quelimane, 3.º andar, Centro Lúdico da Associação dos Empregados, sala de jogos – ping-pong e bilhares (s.a., s.d.)



Fig. 27 – Dependência de Quelimane no dia da sua inauguração (s.a., 18-12-1972)



Fig. 28 – Moeda de 10 Meticais

*Todas as figuras foram fotografadas pelo Autor em 2010
no Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos.*

Este trabalho tem o apoio financeiro do Projeto Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território – AUR/04509 com o apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC) e o cofinanciamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), ref.ª POCI-01-0145-FEDER-007528, no âmbito do novo acordo de parceria PT2020 através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).



Cofinanciado por:



